AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

ESPECTRO ESTRUTURAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NAS MICRORREGIÕES DE VALENÇA, ILHÉUS-ITABUNA E PORTO SEGURO, ESTADO DA BAHIA

HENRIQUE TOMÉ DA COSTA MATA; VALTER ALVES NASCIMENTO; RONDINELI SANTOS CALDAS;

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ DA BAHIA - UESC

ILHÉUS - BA - BRASIL

hnrmata@hotmail.com

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E RURALIDADE

ESPECTRO ESTRUTURAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NAS MICRORREGIÕES DE VALENÇA, ILHÉUS-ITABUNA E PORTO SEGURO DO ESTADO DA BAHIA

Grupo de Pesquisa 11: Desenvolvimento Territorial e Ruralidade
Forma de Apresentação: Apresentação com presidente de sessão e presença do debatedor

RESUMO: O artigo faz parte de uma proposta de trabalho inicial que visa aproveitar a base de dados da Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia em estudos e textos de reflexão sobre o panorama de desenvolvimento regional no Estado. Os dados disponíveis permitem a elaboração em diferentes níveis de agregação no plano geo-espacial, cultural, social, econômico e ambiental, de espectros sobre a economia regional. Nesta perspectiva, neste primeiro instante, o objetivo visou à realização de uma abordagem estrutural do padrão de desenvolvimento das microrregiões de Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro, todos componentes das Regiões Econômicas Litoral e Extremo Sul. A metodologia adotada constou da delimitação dos espaços microrregionais e seus respectivos municípios, e, através de procedimentos de tabulação e descrição, a análise em agregado de alguns indicadores da atividade produtiva. Recorreu-se para isso, às informações da atividade agrícola, em termos de culturas permanentes e temporárias, área colhida, valor da produção, consumo de energia elétrica, financiamentos agropecuários e tributos federais e estaduais arrecadados e distribuídos nos anos 2000 e 2001. Os resultados obtidos conduziram à conclusão de que, atrelado à questão distributiva e ao problema de concentração das atividades econômicas existe um conjunto relevante de variáveis que provavelmente determina o padrão desigual de desenvolvimento regional. Observou-se uma elevada concentração no padrão de consumo regional de energia e diferenças marcantes nos valores médios dos agregados usados nas comparações. A microrregião de Porto Seguro composta de 21 municípios foi a que apresentou o melhor padrão geral de desenvolvimento regional.
Palavras-chaves: Desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico, regiões econômicas, estrutura regional.

ABSTRACT: This article is part of a proposal of initial work that aims to use the database of the SEI in the State of the Bahia - Brazil with studies and texts on the regional development panorama. The available data allow the elaboration in different levels of aggregation for the geo-space plan, cultural, social, economic and environmental, on the regional economy. In this perspective, the objective aimed to the accomplishment of economic structural boarding of the Valença, Ilhéus-Itabuna and Porto Seguro microrregions. The adopted methodology was based on the delimitation of the regional spaces and procedures of description and tabulation, the added analysis of some productive activities. It was appealed for this, to the information of the agricultural activity, in terms of permanent and temporary cultures, harvested area, production value, electric energy consumption, farming financings and collected and distributed federal and state tributes in 2000 and 2001 years. The results lead to the conclusion that the problem of concentration is probably determined by different standard of regional development. One observed one high concentration in the standard of regional consumption of energy and differences in the average values of aggregates used in comparisons. The composed microregion of Porto Seguro was the one that presented the best general standard of regional development.
Key-words: Regional development, economic development, economic regions, regional structure.

ABORDAGEM ESTRUTURAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NAS REGIÕES ECONÔMICAS DO ESTADO DA BAHIA

1. INTRODUÇÃO

Normalmente a análise econômica regional obedece previamente à trajetória determinada pelo arranjo geo-econômico que é delineado da divisão política e administrativa de um país, estado ou região. Se esta orientação é considerada adequada para averiguar o nível de adequação das políticas públicas dirigidas ao desenvolvimento regional, ela também não se mostra suficientemente capaz de identificar a dinâmica do processo de desenvolvimento e nem devidamente apropriada para averiguar as discrepâncias e ineficiências de algumas políticas. Para isso, embora seja recomendada que se adote uma metodologia e monitoramento de dados que permitam a verificação de políticas de conformidade com uma estrutura política e administrativa do país ou estado, também é imperativo que se desenvolva agregações dinâmicas e novos arranjos espaciais no sentido de analisar informações consistentes com novos cenários estruturais e geo-espaciais na expectativa do próprio pesquisador.

Esta orientação na organização de dados e adoção de metodologias de análise mostra-se extremamente importante para a identificação de certas especificidades regionais e microrregionais e conseqüentemente, uma abordagem alternativa de análises regionais necessárias ao controle e monitoramento efetivo de políticas econômicas e públicas voltadas ao desenvolvimento regional.

Em vista desta preocupação e da necessidade de uma melhor utilização e interpretação dos dados estatísticos disponíveis é que se delineou a proposta contida neste artigo, em que as idéias centrais consistem da estruturação diferenciada da geografia econômica regional, num nível de agregação que conferiu maior visibilidade sócio-econômica regional, além de gerar elementos novos para a análise em termos de decisão de políticas econômicas.

1.2. Objetivo

Em termos gerais o objetivo do trabalho visa à análise regional dos agregados econômicos disponíveis da base de dados da Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia - SEI, para o ano 2000 em diferentes recortes espaciais de forma a averiguar o comportamento da estrutura de concentração e distribuição desses agregados e subsidiar as ações do processo de decisão de políticas de desenvolvimento regional. Especificamente o artigo visou: o delineamento de um arranjo geo-espacial e econômico que permitisse a melhor descrição do comportamento dos principais agregados econômicos disponíveis; descrição regional, inter e intra-microrregional destes agregados em termos comparativos como forma de compreender as discrepâncias distributivas do processo de desenvolvimento regional.

1.2. Aspectos teóricos e conceituais

Segundo Simões (2005), pode-se averiguar o padrão da distribuição espacial da atividade econômica por municípios com base nas medidas de localização setorial que se preocupam com níveis de especialização e concentração da estrutura produtiva e padrão de desenvolvimento regional. O requisito fundamental a nortear qualquer tentativa de planejamento e análise do padrão do desenvolvimento econômico regional diz respeito ao arranjo de bases de dados estatísticos e informações relevantes cuja operacionalização

subsidiaria o processo de decisão com elevado grau de precisão na análise regional. Neste sentido, as iniciativas e preocupações do administrador público sobre o nível de intervenção social adequado devem-se manifestar na agregação dos espaços em nível da divisão política, conforme o interesse e o objetivo do pesquisador, de maneira a permitir uma boa homogeneização de informações econômicas e sócio-culturais para uma boa modelagem da realidade regional. Pensando nestes moldes, a conclusão que se tem, à primeira vista, é que faltam, ainda, elementos e informações agregadas e específicas mais detalhadas em nível regional ou microrregional que gerem maior visibilidade da estrutura diferencial do padrão de desenvolvimento regional. Um suporte teórico importante desta abordagem baseia na aplicação dos fundamentos da pesquisa econômica, recorrendo-se para isso aos métodos da análise regional, concretamente nas bases da economia regional, envolvendo pontualmente, questões sobre a delimitação espacial e territorial como novas unidades de planejamento.

Esta abordagem remete-nos a entender o processo de regionalização como um conceito de uso de determinado espaço, produto da sociedade. Existem diferentes espaços, conforme as características dos elementos sociais, econômicos, culturais, geográficos, políticos e ambientais que lhes são inerentes. Como um processo de delimitação regional é bastante dinâmico, a própria delimitação regional pode ser modificada à medida que se definam novas finalidades e circunstâncias para análise. Portanto, o conceito de região é dinâmico e subjetivo (ANDRADE, 1973).

Para Silva (1995) a análise de informações históricas regionais no Brasil tem sido baseada em trabalhos produzidos pelo IBGE. Estes trabalhos fornecem uma evidente possibilidade de regionalização, com a agregação de dados. No processo de regionalização, o conceito de microrregião homogênea deve facilitar os trabalhos que buscam um quadro espacial suficiente para o atendimento dos objetivos da pesquisa e a averiguação do movimento distributivo inter e intra-regionais. A partir de 1966, num fantástico esforço metodológico, o IBGE dividiu o país em 361 microrregiões, definidas segundo a forma de organização do espaço em torno das características da produção. Os critérios do IBGE buscavam a individualização das áreas com certas identidades e caracterizavam a combinação desses elementos geográficos, entre outros.

Entretanto, o próprio conceito de microrregião homogênea apresenta certa limitação em si mesmo, pois entendido como um conceito centrado sobre determinados elementos da produção, como agricultura, indústria, população, ecologia, etc, ele não se mostra necessariamente dinâmico para captar as modificações estruturais de cada ex-ante ex-post. Daí a necessidade constante de análise sob diferentes enfoques da divisão regional em função de demandas políticas para o planejamento do desenvolvimento regional.

Num país com fronteira agrícola e demográfica ainda aberta, com intensos movimentos internos de população e rápido processo de urbanização e industrialização, o caráter fixo das microrregiões podem se constituir num obstáculo a boa visão da abordagem de regionalização (SILVA, 1995). Assim, as formas de organização da produção tendem a ser superadas, transformando as microrregiões homogêneas em um quadro rígido e com tendência a não atender o objetivo inicial do desenvolvimento regional. O conceito de microrregião, entretanto, foi proposto pelo IBGE buscando agrupar municípios, dentro de um mesmo Estado, que constituem áreas com características homogêneas e vinculadas a localização e acessibilidade das atividades econômicas. A fim de estudarmos o problema espacial em função do desenvolvimento e da planificação regional, julgamos interessante salientar as características do espaço geográfico e econômico, de vez que estas noções são indispensáveis

ao levantamento do diagnóstico e à elaboração de uma programação para o desenvolvimento de determinada área ou região (ANDRADE, 1987).

2. METODOLOGIA

2.1. Procedimentos para a delimitação da área de estudo

Os 417 municípios do estado da Bahia foram distribuídos em sete mesorregiões, conforme a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em Centro-Norte, Centro-Sul, Extremo Oeste, Metropolitana, Nordeste, Sul e Vale São Francisco. O Centro-Norte tem a pecuária como a atividade econômica predominante e desta-se pela lavoura de feijão, café, milho e frutas. No Nordeste predomina a pecuária de corte e atividades tradicionais de cultivo de fumo e sisal. A Centro-Sul caracterizada pelo sistema de produção agropastoril e pelo desenvolvimento de culturas de algodão, café e cacau. A Sul marcada pelo cultivo de cacau. A Metropolitana ou Recôncavo se destaca na produção cana-de-açúcar e fumo. A do Vale do São Francisco é caracterizada pela fruticultura irrigada e, finalmente, a Oeste predomina a fronteira de tecnologia agrícola.

A área de estudo deste artigo corresponde à Mesorregião Sul, segundo a classificação do IBGE, que integra as regiões econômicas, Litoral Sul e Extremo Sul, pela classificação da SEI (site da SEI, 2006). Essa classificação regional subdivide a Bahia em quinze Regiões Econômicas: R1 – Região metropolitana de Salvador; R2 – Litoral Norte; R3 – Recôncavo Sul; R4 – Litoral Sul; R5 – Extremo Sul; R6 – Nordeste; R7 – Paraguaçu; R8 - Sudoeste; R9 – Baixo-Médio São Francisco; R10 – Piemonte da Diamantina; R11 – Irecê; R12 – Chapada Diamantina; R13 – Serra Geral; R14 – Médio São Francisco, e R15 – Oeste.

Para descrever a abordagem estrutural do padrão de desenvolvimento regional, o objetivo do estudo consistiu em estabelecer um recorte regional que captasse algumas especificidades não atendidas nem em nível da divisão geo-econômica do IBGE, nem no das Regiões Econômicas da SEI. Assim, a região econômica do Litoral Sul e Extremo Sul composta de 73 municípios e correspondendo a 17,5% dos municípios do estado, foi decomposta em nível das microrregiões designadas de Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro. As duas primeiras microrregiões resultaram da decomposição da região econômica Litoral Sul e a última, Porto Seguro, corresponde inteiramente à Região Econômica do Extremo Sul. A Figura 1 apresenta o mapa ilustrativo espacial da região em descrição.

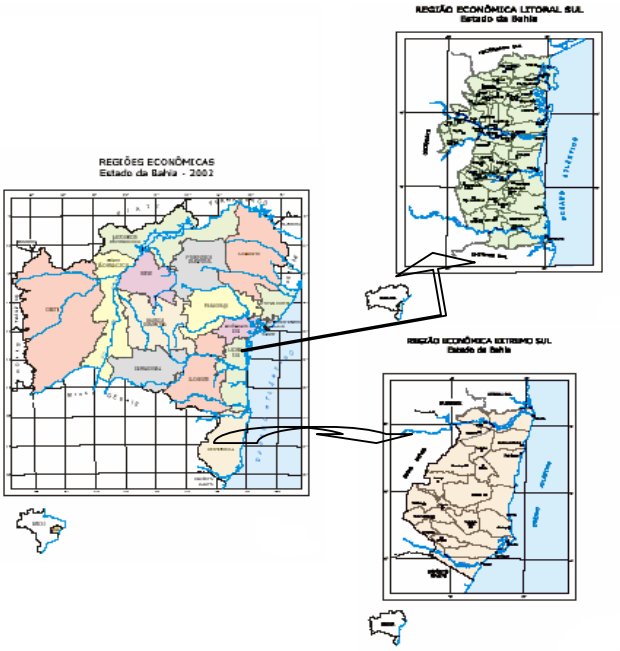


Figura 1 – Ilustração espacial da área analisada
Fonte: Imagens retiradas do Site da SEI, 2006, www.sei.ba.gov.br.

2.2. Coleta e análise de dados

Os dados foram obtidos do site da SEI, relativas às estatísticas secundárias e municipais de 2001. Foram consideradas para a análise as informações sobre as atividades agropecuárias e extrativas vegetal, os dados de crédito e assistência municipal sobre os financiamentos concedidos aos produtores e cooperativas no ano 2000 e agregados para três microrregiões, Valença, Ilhéus - Itabuna e Porto Seguro. As informações secundárias sobre a produção agrícola, área colhida, rendimentos médios das culturas permanentes e temporárias foram tabulados e analisados, conforme o arranjo espacial descrito. Finalmente, consideraram-se informações sobre o consumo de energia elétrica em 2001 e as estatísticas sobre a arrecadação de tributos estaduais por município, a exemplo do ICMS, IPVA e Cotas distribuídas do IPI, IPVA e ICMS, também em 2001.

Os valores da proporção acumulada dos municípios dentro de cada microrregião e da proporção acumulada de consumo total de energia nos respectivos municípios foram usados para a análise do padrão de concentração regional no consumo de energia elétrica. Este procedimento serviu para definir a Curva de Lorenz, que conforme Hoffmann (1998) permite a observação do nível de distribuição de renda e neste caso concreto, da distribuição de energia. As condições da distribuição de energia elétrica representam um cenário apropriado para a análise do desenvolvimento econômico e social das microrregiões, pois com base no uso de energia, tem-se a noção da intensidade de uso de capital, atividade econômica, possibilidades de processamento de produtos agropecuários, padrão de escolarização rural e densidade regional e setorial de certo tipo de unidades produtivas.

Para analisar o grau do que se convencionou designar de eficiência regional na utilização de terras agrícolas, recorreu-se à um modelo simples baseado no tamanho total da área colhida e no valor da produção agrícola num período determinado. Assim, pôde-se considerar que, se:

A_i = Área colhida no período t na microrregião i;

$A_j = \sum_{i=1}^{n} A_i$ = Área total colhida no período t nas regiões econômicas;

V_i = Valor da produção agrícola no período t na microrregião i;

$V_j = \sum_{i=1}^{n} V_i$ = Valor da produção agrícola no período t nas regiões econômicas;

$a_{ij} = \frac{A_i}{A_j} \times 100$ = Participação da área colhida no período t na microrregião i, na área total colhida no período t na região econômica;

$v_{ij} = \frac{V_i}{V_j} \times 100$ = Participação do valor da produção agrícola no período t da microrregião i, no valor total da produção agrícola da região no período t.

Uma medida da eficiência relativa regional de uso da terra (E_r) pode ser utilizada para fins de comparação entre as microrregiões, ou seja, em termos relativos, como a participação de uma microrregião, em termos de valor da produção, se comporta em relação à sua participação no uso da terra. Assim, tem-se a medida da eficiência regional ou microrregional dada pela expressão $E_r = \frac{V_i \times A_j}{V_j \times A_i} = \frac{a_{ij}}{v_{ij}}$. A expressão seria uma boa medida da produtividade relativa interrregional da terra, pois de sua dedução eliminou-se o efeito da constante preço dos produtos agrícolas. Espera-se, porém, que, a E_r seja necessariamente positiva. Quanto maior o seu valor, melhor o desempenho da microrregião em análise em termos de uso de terras agrícolas.

A distribuição dos municípios por microrregião obedeceu aos seguintes critérios: 1) área de abrangência equivalente ao limite geo-econômico conforme a classificação da SEI em Regiões econômicas Litoral Sul e Extremo Sul do Estado; 2) a Região econômica Litoral Sul foi subdividida entre as microrregiões de Valença composta de 27 municípios (Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Cairu, Camamu, Dario Meira, Gandú, Ibirapitanga, Ibirataia, Igrapiúna, Ipiaú, Itají, Itajibá, Itamari, Ituberá, Jitaúna, Maraú, Nilo Peçanha, Nova Ibiá, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Ubaitaba, Ubatã, Valença, Wenceslau Guimarães) e Ilhéus-Itabuna composta de 25 municípios (Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Lomanto Júnior, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Mascote, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Una, Uruçuca); 3) a Região Econômica Extremo Sul correspondeu exatamente à microrregião de Porto Seguro e compôs-se de 21 municípios (Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuama, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucurí, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália, Teixeira de Feitas, Vereda).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. Recursos tributários transferidos aos municípios no âmbito da União e seus agregados regionais

De acordo com Prado (2001), pode-se analisar o nível da disparidade inter-regional sob o ponto de vista fiscal. Normalmente as regiões economicamente mais atrasadas do País e

detêm um padrão de arrecadação efetiva *per capita* em média três vezes menor que a arrecadação da região Sudeste, basicamente em função dos diferenciais da produção e da renda.

Uma parte das receitas federais arrecadadas pela União é transferida aos Estados e Municípios através do Tesouro Nacional. A divisão dessa receita proveniente da arrecadação de impostos entre os estados e municípios representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante da promoção do equilíbrio sócio-econômico entre Estados e Municípios. Dentre as principais transferências da União aos Estados e Municípios se destacam o Fundo de Participação dos Estados, FPE; o Fundo de Participação dos Municípios, FPM; o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados, FPEX; o Fundo de Manutenção, Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, FUNDEF[1]; e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, ITR. Neste artigo foram analisados os agregados relativos ao FPM e ITR nas três microrregiões.

O Fundo de Participação dos Municípios, FPM, é uma transferência constitucional realizada pela União aos Municípios. FPM é formado por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda, IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI. O repasse do FPM aos Municípios é realizado a cada dez dias, totalizando três cotas mensais. Cada quota representa a parcela da arrecadação líquida do IR e do IPI do decênio anterior ao repasse. Já o ITR, Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é um tributo de âmbito Federal. Ele advém do Estatuto da Terra no Brasil e inicialmente a sua alíquota foi determinada pelo tamanho da propriedade da terra, localização, condições sociais, produtividade e pelo valor da terra nua. Posteriormente, esse procedimento de cálculo passou a ser determinado pelo grau de utilização da terra e a eficiência da exploração, o que passou a ter uma função social. Portanto, o volume dos tributos arrecadados pelo ITR pode sinalizar a tendência do grau de utilização de terras, a saber, se com finalidade agrícola, pastagens, florestas ou pecuária, bem como, a eficiência da exploração, que nesse caso, seria dada pelo padrão geral da produtividade de terras por limites regionais considerados.

A Tabela 1 abaixo fornece um bom perfil regional desses tributos, inclusive com informações relativas ao PIB setorial. Em cada coluna da Tabela 1 tem-se a participação das microrregiões em relação ao Estado e em relação a toda região de abrangência. Em termos dos agregados FPM e ITR pode-se observar que: a microrregião de Porto Seguro (PS) apresentou uma participação de 5,08% na totalidade do FPM destinados ao Estado, enquanto Ilhéus-Itabuna (IT) 6,89% e Valença (VA), 5,27%. Existe uma relação bastante equilibrada na distribuição microrregional do FPM, tanto em nível do estado, quanto em nível de participação regional, como pode ser observado nas colunas pares da Tabela 1. Relativamente ao ITR, já se percebe uma variação significativa na participação de cada microrregião neste tipo de transferência. PS apresentou uma participação estadual de 13,92% quase quatro vezes maior que a participação de IT e cinco vezes à VA. Portanto, este indicador dá uma clara indicação dos atributos de uso e propriedade da terra na microrregião de Porto Seguro em relação às outras duas microrregiões. Atributos que serão discutidos adiante, a exemplo da eficiência relativa de uso da terra, dos rendimentos médios e produtividade. A concentração do agregado ITR na microrregião de PS foi ainda maior em nível da região, pois quase 68% do ITR da Mesorregião Sul destina-se à PS, quase o dobro do que se destina a IT e VA.

[1] A partir de 2006 passa a se chamar Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, FUNDEB, passando a englobar também o Ensino Médio.

Tabela 1 - Perfil das relações regionais de alguns agregados econômicos importantes no estado da Bahia, em 2001

Discriminação	PS/BA (%)	PS/RG (%)	IT/BA (%)	IT/RG (%)	VA/BA (%)	VA/RG (%)
FPM	5,08	29,48	6,89	39,95	5,27	30,57
ITR	13,92	67,57	3,96	19,24	2,52	12,24
PIB agropecuário	14,77	56,20	5,48	20,85	6,03	22,95
PIB Industrial	3,48	41,96	4,17	50,27	0,64	7,76
PIB Serviços	4,61	36,20	5,63	44,22	2,49	19,58
PIB Total	4,78	40,80	4,60	39,24	1,92	16,42
Arrecadação ICMS	1,21	27,41	2,80	63,65	0,39	8,94
Arrecadação IPVA	4,01	42,26	4,15	43,76	1,33	13,98
Arrecadação TAXAS	1,21	43,38	1,36	48,61	0,22	8,01
Arrecadação Total	1,28	28,41	2,81	62,38	0,41	9,21
Cotas Distrib. ICMS	5,35	42,31	5,20	41,15	2,09	16,54
Cotas Distrib. IPI	5,35	42,31	5,21	41,15	2,09	16,54
Cotas Distrib. IPVA	4,03	42,39	4,16	43,82	1,31	13,79
Cotas Total	5,29	42,32	5,15	41,24	2,06	16,44

Fonte: IGF/SEFAZ, Cotas do ICMS, IPI e IPVA distribuídas aos municípios, Bahia e Arrecadação das receitas estaduais nos municípios, Bahia, e STN/MINIFAZ: Transferência constitucional da União aos municípios, Bahia, 2001.

3.2. Recursos tributários transferidos aos municípios no âmbito do Estado e agregados regionais

Os recursos municipais transferidos pelos estados aos municípios se compõem do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, ICMS, do Imposto sobre a Propriedade dos Veículos Automotivos, IPVA e outros tributos e taxas. Os dados sobre estes tributos foram agregados por microrregião e estabelecidas as relações entre suas grandezas e respectivos PIBs regionais de forma a observar-se as discrepâncias regionais de sua distribuição. Antes, porém, deve se levar em conta que os critérios de distribuição das transferências dos tributos aos municípios não foram considerados, muito embora se saiba que o tamanho populacional de um município tem efeitos positivos neste critério, portanto, o que pode determinar a grandeza das receitas em termos absolutos.

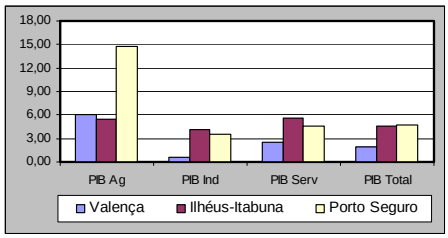
Como se observa da Tabela 2, em termos gerais, a microrregião de Ilhéus-Itabuna apresentou-se como a maior capacidade de arrecadação regional (ver também a Tabela 1), com recursos em torno dos 4,8%, do PIB microrregional, valor muito superior aos percebidos nas microrregiões de Valença e Porto Seguro, que respectivamente obtiveram 1,7% e 2,1% de respectivos PIB microrregionais. Em geral, grande parte da arrecadação municipal destas regiões advém de recursos do ICMS relacionados ao nível da atividade econômica, o que paradoxalmente contrasta com as observações de dados secundários sobre o desempenho da agropecuária regional. Porém, a distribuição do PIB por setor de atividade econômica pode sinalizar diferentes comportamentos em cada microrregião quanto às proporções do PIB na agropecuária, indústria e serviços (ver também a Tabela 1, acima).

Tabela 2 - Relação entre o valor de tributos e taxas arrecadados e PIB da Bahia na microrregião de Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro, 2001

Tipo de Tributos (T)	T/PIB Valença (%)	T/PIB Ilhéus-Itabuna (%)	T/PIB Porto Seguro (%)
ICMS	1,53	4,56	1,89
IPVA	0,14	0,19	0,17
Outras Taxas	0,02	0,04	0,04
Total	1,69	4,79	2,10

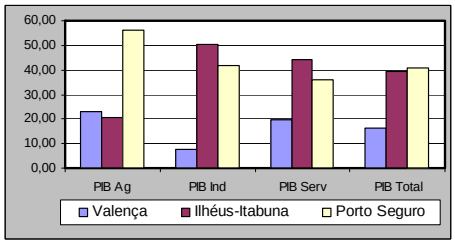
Fonte: Dados da SEI e agregados e tabulados pelos autores

Salvo a grande diferença revelada na Figura 2, que é dada pela proporção do PIB da agropecuária na microrregião de Porto Seguro, em contraposição ao PIB industrial da microrregião de Valença, as demais proporções do PIB das microrregiões relativamente ao PIB estadual foram baixas e decorrem inclusive da tendência do produto econômico regional em concentrar-se ainda predominantemente no setor agropecuário. A Figura 3 guarda relação com a Figura 2, porém, nela ilustra a relação entre os PIBs setoriais por microrregiões e o PIB total das duas regiões econômicas. De forma geral, a microrregião de Valença e Porto Seguro têm na economia agrícola uma maior pujança, enquanto a microrregião de Ilhéus-Itabuna se mostrou mais equilibrada entre as proporções dos PIBs setoriais. Cabe salientar que a microrregião Porto Seguro, mantém também níveis dos PIBs, industrial e de serviços compatíveis com os PIBs das outras duas regiões, o que já pode caracterizá-la como mais desenvolvida, pelo menos na base dos agregados analisados.



Fonte: Dados da SEI e agregados e tabulados pelos autores.

Figura 2 - Proporção microrregional do PIB em relação ao PIB estadual, 2001



Fonte: Dados da SEI e agregados e tabulados pelos autores

Figura 3 - Proporção microrregional do PIB em relação ao PIB regional em nível de regiões econômicas Litoral e Extremo Sul da Bahia, 2001.

3.3 Análise do padrão de consumo de energia elétrica em nível das Regiões Econômicas

A intensidade de uso da energia elétrica numa região pode ser usada como um indicador importante da dinâmica econômica regional. O padrão de bem-estar de uma comunidade ou região e o grau de empregabilidade dos bens de capital e bens duráveis na economia podem ser avaliados com base nos indicadores de acesso e uso da energia elétrica e denotam certo

padrão de desenvolvimento regional. A Tabela 3 sintetiza as informações secundárias obtidas da SEI, para o ano de 2001.

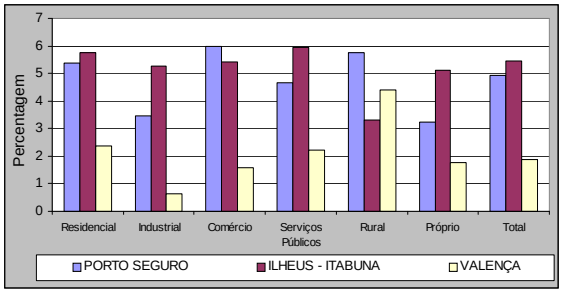
Tabela 3 – Distribuição percentual e intensidade de uso de energia elétrica (kw/h) por finalidade e classes regionais

Classe regional	Residencial	Industrial	Comércio	Serviços Públicos	Rural	Próprio	Total
Porto Seguro	179.209	80.977	118.048	69.783	34.543	646	483.206
Ilhéus-Itabuna	192.166	122.942	106.728	89.246	19.840	1.026	531.948
Valença	78.910	14.666	31.519	33.171	26.357	350	184.973
Total no Estado	**3.339.157**	**2.330.161**	**1.975.474**	**1.500.369**	**599.039**	**19.995**	**9.764.195**
Porto Seguro	5,4%	3,5%	6,0%	4,7%	5,8%	3,2%	5,0%
Ilhéus-Itabuna	5,8%	5,3%	5,4%	5,9%	3,3%	5,1%	5,4%
Valença	2,%4	0,6%	1,6%	2,2%	4,4%	1,8%	1,9%

Fonte: Dados baseados nas estatísticas da SEI, em 2001.

As microrregiões de Porto Seguro e Ilhéus-Itabuna consomem praticamente as mesmas proporções de energia elétrica residencial em relação ao total do Estado, enquanto a microrregião de Valença apresentou um padrão de consumo residencial abaixo da metade do padrão apresentado em Ilhéus-Itabuna. Valença e Ilhéus-Itabuna pertencem a Região Econômica Litoral Sul da Bahia, na Classificação da SEI, porém o padrão de bem-estar social em termos de consumo residencial em Valença é claramente inferior ao verificado em Ilhéus-Itabuna. O padrão de consumo comercial na microrregião de Porto Seguro representou 6% do consumo total na Bahia, enquanto em Ilhéus-Itabuna representou 5,4% do estado. Já, o consumo industrial revelou-se mais intensivo em Ilhéus-Itabuna com 5,3% de participação, ao contrário do que ocorreu somente com 3,5% de consumo total na Microrregião de Porto Seguro. Assim, o padrão de consumo industrial em Ilhéus-Itabuma revelou ser claramente superior ao padrão industrial observado em Porto Seguro. Por outro lado, a intensidade de uso comertcial de energia elétrica em Porto Seguro foi superior ao observado em Ilhéus-Itabuna. Assim, pode-se concluir que o padrão industrial em Ilhéus-Itabuna mostrou-se superior ao de Porto Seguro, enquanto que se observou uma superioridade na microrregião de Porto Seguro relativamente à intensidade de uso de energia para fins comerciais.

O nível de eletrificação rural na microrregião de Porto Seguro correspondeu a 5,8% do consumo total da Bahia, quase o dobro do consumo verificado na microrregião de Ilhéus-Itabuna. Sem levar em conta a distribuição das propriedades rurais, pode-se concluir que o padrão agregado de eletrificação rural nos municípios que compõem a microrregião de Porto Seguro mostrou-se superior ao que se verificou em Ilhéus-Itabuna. A microrregião de Valença também apresentou um melhor desempenho no consumo rural de energia elétrica em relação à Ilhéus-Itabuna. De maneira geral, a distribuição do padrão de consumo microrregional por finalidades mostrou-se mais homogênea em Ilhéus-Itabuna relativamente às outras duas microrregiões, com exceção do uso rural, como se pôde depreender da Figura 4. A microrregião de Valença teve uma maior variação nos níveis de consumo por finalidade de uso e um padrão geral inferior de eletrificação.



Fonte: Dados da SEI referente a 2001.

Figura 4 - Distribuição percentual de uso de energia elétrica por finalidades e classes regionais, 2001

De um total de 27 municípios que compuseram a microrregião de Valença, observou-se que aproximadamente 55% de consumo total de energia elétrica concentraram tão-somente em 18,50% deles, ou seja, Camamu, Gandú, Ipiaú, Ituberá e Valença. Este espectro de consumo demonstrou a extrema concentração que existe no perfil da eletrificação nesta microrregião. Como a intensidade de uso de energia elétrica pode servir como uma boa medida da intensidade de uso de capital, indicador de vantagens comparativas e de atração de investimentos e localização de atividades produtivas em geral, os cinco municípios considerados na microrregião de Valença absorveram quase 72% de energia de uso industrial. Isso mostrou que, dentro desta microrregião, 22 municípios, num total de 81,50% detiveram aproximadamente 45 % de consumo total, o que caracteriza o elevado padrão de concentração no consumo de energia nesta microrregião. Portanto, o espectro de consumo de energia elétrica em nível da microrregião mostrou ser fator relevante a ser levado em conta na análise do padrão de concentração inter e intra-regional e condicionante característica da estrutura de desenvolvimento regional. Conforme a Tabela 4, a estrutura de concentração foi mais acentuada na microrregião de Ilhéus-Itabuna em relação às demais microrregiões.

Tabela 4 – Padrão de concentração em (%) do consumo total de energia elétrica por finalidade de uso e por microrregião, 2001

Lista de cinco maiores consumidores por microrregião	**Residencial**	**Industria**	**Comércio**	**Serviços**	**Rural**	**Próprio**	**Total**
Valença: Camamu, Gandú, Ipiaú, Ituberá, Valença.	53,88	71,55	55,66	47,67	56,87	96,86	54,98
Ilhéus-Itabuna: Camacan, Canavieiras, Ilhéus, Itabuna, Una	79,04	96,55	88,95	79,21	44,03	96,39	83,83
Porto Seguro: Eunápolis, Itamarajú, Mucuri, Porto Seguro, Teixeira de Freitas	68,70	69,13	81,31	63,12	47,77	75,85	69,56

Fonte: Dados tabulados a partir das estatísticas da SEI, referentes ao ano de 2001.

O Quadro geral de consumo na microrregião de Ilhéus-Itabuna mostrou que 83,83% do consumo total ficaram concentrados nos municípios de Camacan, Canavieiras, Ilhéus, Itabuna e Una, ou seja, 20% dos municípios apenas, portanto, uma grande concentração no uso de energia. O padrão de concentração de consumo industrial demonstrou ser mais alarmante ainda, já que aproximadamente 97% de uso neste segmento de atividade foram centrados em 20% da totalidade dos municípios. Foram calculados os índices de Lorenz para análise do perfil de concentração que se verificou no consumo de energia elétrica nas três microrregiões e as Figuras 5, 6 e 7 expressam esta estrutura corroborando de forma radical com a natureza discrepante que se verifica no padrão de desenvolvimento inter e intra-regional nos

municípios das regiões econômicas Litoral e Extremo Sul do estado da Bahia. O problema da eletrificação se mostrou mais grave na microrregião de Ilhéus-Itabuna na medida em que aproximadamente 80% do consumo se distribuem apenas entre Itabuna e Ilhéus, contrariamente ao que se verifica na microrregião de Valença, onde essa distribuição aparenta ser mais homogênea entre os municípios. O problema de concentração do nível da eletrificação regional, embora ainda bastante grave, apresenta um padrão de distribuição intermediária na microrregião de Porto Seguro.

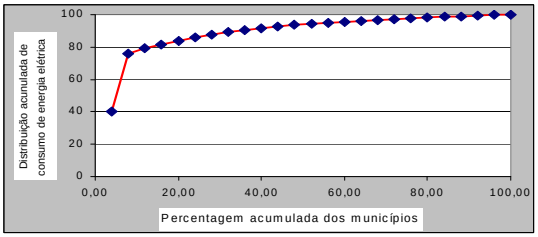


Figura 5 - Curva de Lorenz para o consumo de energia elétrica na microrregião de Ilhéus-Itabuna

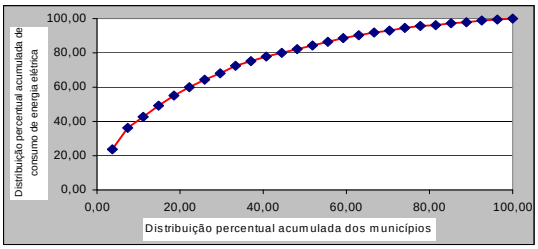


Figura 6 - Curva de Lorenz para o consumo de energia elétrica na microrregião de Valença

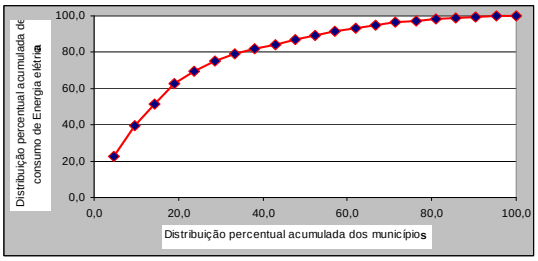


Figura 7 - Curva de Lorenz para o consumo de energia elétrica na microrregião de Porto Seguro

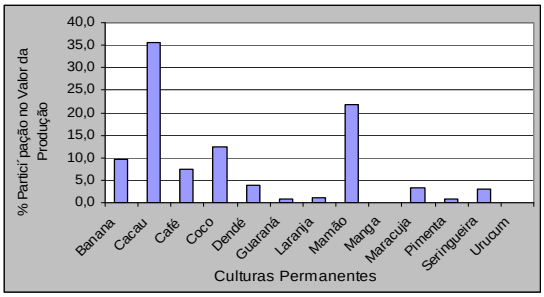
3.4. Estrutura regional de produção agrícola

Dados das Regiões Econômicas do Litoral e Extremo Sul foram coletados das estatísticas da SEI para o ano 2000 e foram tabulados e agregados para as três microrregiões consideradas. A produção agrícola foi decomposta entre a produção por culturas permanentes e por culturas temporárias tendo por objetivo a verificação do padrão de produtividade e indicador diferencial do nível de eficiência técnica regional. No caso da produção de culturas

permanentes, na agregação consideraram-se as culturas de banana, cacau, café, coco, dendê, guaraná, laranja, mamão, manga, maracujá, pimenta, seringueira e urucum, num total de treze culturas. As culturas temporárias foram agregadas em abacaxi, feijão, mandioca, melancia, milho e tomate, num total de seis culturas, segundo a ponderação dos pesquisadores e da disponibilidade de informações.

Em termos do valor da produção (VP), as treze culturas permanentes geraram no ano de 2000, um total de 558,29 milhões de Reais e área agrícola efetiva de 725 mil hectares, nas duas Regiões Econômicas, o que resultou no VP por hectare em aproximadamente 771 Reais, valor aparentemente baixo. Conforme a Figura 8, a distribuição da participação percentual por cultura observada em ordem decrescente foi a seguinte: cacau com 35,6%; mamão com 21,9%; coco com 12,4%; banana com 9,7% e café com 7,5% do valor total da produção. Pôde-se observar que as culturas de cacau e mamão corresponderam a aproximadamente 57,5% do VP regional. Outro aspecto importante pôde ser constatado da elevada concentração que se registrou no padrão de geração da renda agrícola derivado de culturas permanentes. As cinco culturas enumeradas perfizeram 87,1% da renda total, o que demonstrou que o nível da diversificação agrícola não corresponde a expectativa de redução de risco e incertezas na agricultura, expondo a região às intemperes bio-climáticos e à dependência da demanda.

As culturas de maracujá com 12,7 mil Reais por hectare, pimenta com 6,7 mil, laranja com 5,8 mil e mamão com 5,3 mil foram as cinco principais culturas permanentes em termos de VP média por hectare, o que pode ser considerada como medida da produtividade estimada para toda a região. Como não se considerou na análise o nível dos preços médios por cultura não se pôde ter a idéia relativa ao nível da eficiência econômica média da região, mas os dados demonstraram que no período, o desempenho da agricultura caracterizada por culturas permanentes estivera atrelado ao comportamento destas cinco culturas e, portanto, à variação média nos seus preços relativos.

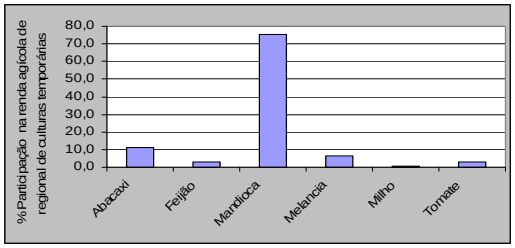


Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEI

Figura 8 – Participação de culturas permanentes no valor da produção agrícola regional no Litoral e Extremo Sul da Bahia, 2000.

No que diz respeito às culturas temporárias, os dados permitiram analisar o desempenho relativo à produtividade das áreas colhidas e ao VP. As seis culturas temporárias geraram em 2000, um VP em termos correntes de aproximadamente 78 milhões de Reais, valor 7,2 vezes inferior ao montante gerado com as treze culturas permanentes e correspondeu a 49,17 mil hectares de terras trabalhadas, ou seja, quase 15 vezes menor o tamanho da terra ocupada com culturas permanentes. Naturalmente não se está levando em conta diferenças nos sistemas tecnológicos de produção agrícola, no tocante aos diferentes arranjos culturais e consorciação de cultivos, mas, em todo caso, o regime de culturas temporárias parece demonstrar maior eficiência produtiva em relação ao regime de culturas permanentes no aspecto da eficácia de uso da área plantada relativamente ao nível da renda gerada no agregado de toda a região. As

culturas de tomate e abacaxi apresentaram maior nível de valor de produção por hectare, com respectivamente, 12,44 e 6,22 mil Reais, praticamente equivalentes aos rendimentos obtidos com as culturas de maracujá (12,7 mil) e pimenta (6,7 mil). Pôde se notar da Figura 9, que a cultura de mandioca foi bastante expressiva na geração da renda agrícola regional de fonte em culturas temporárias.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEI

Figura 9 – Participação de culturas temporárias no VP agrícola regional no Litoral e Extremo Sul do Estado da Bahia em 2000.

Na microrregião de Valença as culturas permanentes que mais contribuíram ao VP total foram: cacau, banana, coco, seringueira e dendê, respectivamente com 43,8; 25,4; 13,7; 5,7 e 3,1%, portanto, as cinco culturas representaram basicamente 92% do valor agregado de produção. A cultura de cacau com 43,8% teve uma contribuição ao VP agrícola maior nesta microrregião em relação aos 35,6% de participação em todo Litoral e Extremo Sul do Estado, demonstrando a importância ainda maior da cultura para a microrregião de Valença. Entretanto, no tocante ao valor da produtividade média por culturas individualizadas, a cultura de maracujá com 13.884,91 R$/ha; mamão com 7.764,71 R$/ha; pimenta com 6.167,61 R$/ha e laranja com 5.286,14 R$/há foram as mais expressivas. O Valor da produção média por hectare de cacau ficou em torno de 419,79 Reais, valor superior a media de 353.9 R$/ha verificado em toda a região.

Quanto às culturas temporárias, mandioca novamente e abacaxi, respectivamente com 71,8% e 16,4% representaram a quase totalidade do valor produtivo, embora tomate com 14.952,4 R$/ha; melancia com 8.243,2 R$/ha; e abacaxi com 7.431,6 R$/ha; sejam as que apresentaram melhor indicador de valor de produção média. O valor da produção média para a microrregião de 674,05 R$/ha; ficou abaixo da média regional de 770,1 R$/ha, o não mesmo ocorrendo com culturas temporárias que apresentaram média microrregional de 987,2 R$/ha e regional de 1.585,5 R$/ha.

Na microrregião de Ilhéus-Itabuna, o VP de culturas permanentes selecionadas totalizou 120 milhões de Reais para uma área total colhida de 328,2 mil hectares e, portanto, resultando num valor da produção média de 365,1R$/ha. Neste sentido, a cultura da laranja com 10.739,6 R$/ha; Dendê com 5.612,0 R$/ha e maracujá com 5.222,2 R$/ha, foram respectivamente, as de maior rendimento médio de uso da terra. A cultura de pimenta também se mostrou bastante representativa em termos do VP média por área, com 4.216,2 R$/ha, embora a sua área total colhida fosse pequena, em torno de 74 ha apenas. A cultura do cacau representou 75% do valor total da produção, seguida do dendê, com 12,7%; coco, com 5,5% e seringueira com 3,6%, as quatro culturas em conjunto representando aproximadamente 97% do valor total da produção de culturas permanentes. As culturas temporárias geraram cerca de 20,5 milhões de Reais de VP, para uma área total colhida de 4,5 mil ha. A produção da mandioca participou com a quase totalidade do VP nesta microrregião, com 92,3%, além da produção de abacaxi, que apresentou a participação de 7,2% no VP. Embora os dados em análise sejam do ano

2000, estes resultados demonstraram a necessidade de se implementar políticas na região no sentido de estimular a produção agrícola também como instrumento de segurança alimentar regional, já que a produção de culturas temporárias é uma indicação do padrão de consumo alimentar e condições gerais da comercialização local e da própria dependência extra-regional.

Finalmente, a microrregião de Porto Seguro apresentou a seguinte distribuição da participação relativa de culturas permanentes ao VP: Mamão com 48,6%; café com 15,6%; coco com 14,7%; cacau com 10,5% e maracujá com 5%, um espectro agrícola já diferente das outras duas microrregiões. Deste modo, as culturas de mamão, café e coco praticamente caracterizaram a produção de culturas permanentes ao totalizar em conjunto, 79% do VP. As culturas de maracujá, pimenta, mamão, laranja e coco, representaram os melhores rendimentos médios por área, respectivamente com 12.491,85; 8.194,21; 5.293,7; 4.456,0 e 3.337,16 R$/ha. Já as culturas temporárias que se destacaram foram a mandioca, a melancia e o abacaxi, respectivamente, com 68,15; 13,66 e 10,48% de participação no VP.

A microrregião de Valença apresentou uma produção agrícola total no ano de 2000 de aproximadamente 213 milhões de reais, enquanto a região de Ilhéus-Itabuna obteve apenas de aproximadamente 140 milhões de reais e a microregião que em termos reais apresentou o maior valor da produção foi Porto Seguro com aproximadamente 285 milhões de reais, cabendo salientar que o maior contingente de terras estava associado à microregião Ilhéus-Itabuna com 328.771 ha. De forma resumida, a Tabela 5 ilustra o espectro geral do valor da produção agrícola e área colhida nas três microrregiões.

Tabela 5 - Espectro comparativo da produção agrícola nas microrregiões de Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro, em 2000.

Microrregião	Área (ha)	Participação Área Total (%)	Valor Produção (R$)	Partic. Valor Produção (%)	Eficiência Uso da Terra	VP/ha
Culturas Permanentes						
Valença	280.130,0	38,6	188.823.000,0	33,8	0,9	674,1
Ilhéus-Itabuna	328.771,0	45,3	120.024.000,0	21,5	0,5	365,1
Porto Seguro	116.074,0	16,0	249.441.000,0	44,7	2,8	2.149,0
Total	724.975,0		558.288.000,0			770,1
Culturas Temporárias						
Valença	23.557,0	47,9	23.256.000,0	29,8	0,6	987,2
Ilhéus-Itabuna	4.482,0	9,1	20.535.000,0	26,3	2,9	4.581,7
Porto Seguro	21.134,0	43,0	34.175.000,0	43,8	1,0	1.617,1
Total	49.173,0		77.966.000,0			1.585,5

Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEI, 2000.

Em termos de área colhida, e no que tange às culturas permanentes, a microrrregião de Ilhéus-Itabuna dispõe de aproximadamente 1,2 vezes o tamanho da área colhida na microrregião de Valença e cerca de 2,8 vezes o tamanho da área útil na microrregião de Porto Seguro. Porém, em termos do VP obtido, ela detém apenas 64% do VP que se obtém em Valença e tão-somente 48% do que se obtém na microrregião de Porto Seguro, mostrando a razão da medida de eficiência de uso da terra estimada em 0,5 unidade, o que não ocorre, por exemplo, com microrregião de Porto Seguro que apresenta uma medida muito mais elevada e estimada em 2,8 unidades.

3.5. Distribuição agregada de financiamentos agropecuários nas microrregiões

A Tabela 6 e a Figura 10 corroboram com os dados relativos ao desempenho do valor da produção e utilização regional de terras agrícolas. Como pode ser notado, a microrregião de Porto Seguro totalizou o valor total dos financiamentos agropecuários em aproximadamente 15 milhões de Reais, ou seja, 60,47% dos financiamentos totais nas duas regiões econômicas. 74,12% dos financiamentos destinados aos custeios agropecuários se concentraram na microrregião de Porto Seguro e 50,56% se destinaram aos investimentos. A microrregião de Ilhéus-Itabuna, embora partilhasse de 16,72% e 27,41%, respectivamente, dos custeios e investimentos agropecuários, apresentou um desempenho agrícola inferior ao revelado nas microrregiões de Valença e Porto Seguro, o que pode ser explicado também da eficiência de utilização dos financiamentos agropecuários. Naturalmente, essa análise não leva em conta o padrão da distribuição de atividades pecuárias na região, fator importante na explicação da diferença no nível dos financiamentos.

Tabela 6 - Distribuição regional e microrregional de financiamentos agropecuários, em 2000

Microrregião	Custeio	%	Investimento	%	Total	%
Valença	896.186,34	8,62	3.065.811,54	21,40	3.961.997,8	16,02
Ilhéus-Itabuna	1.738.133,08	16,72	3.927.239,88	27,41	5.665.372,9	22,91
Porto Seguro	7.706.792,30	74,12	7.245.091,98	50,56	14.951.884,2	60,47
Regional	10.397.511,72	100,00	14.329.248,40	100,00	24.726.760,1	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEI, 2000.

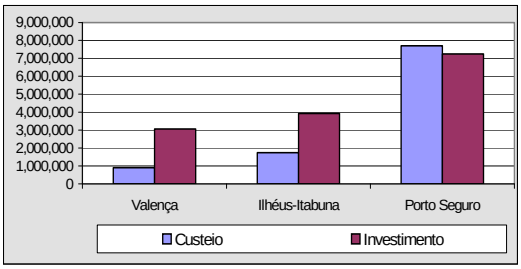
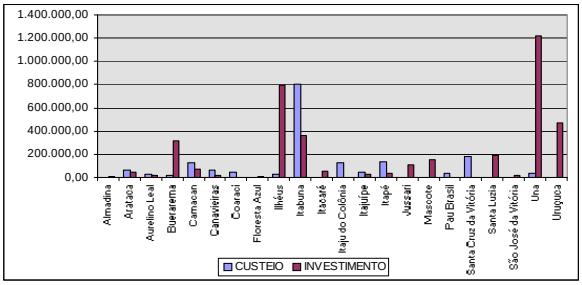


Figura 10 - Distribuição regional e microrregional dos financiamentos agropecuários.

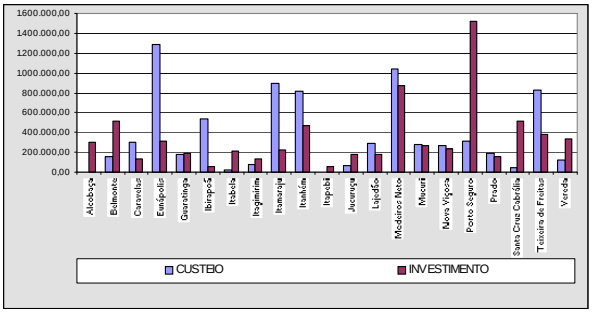
Em relação ao Estado, as regiões econômicas Sul e Extremo Sul captaram 6,18% dos financiamentos destinados aos custeios e 17,16% dos financiamentos destinados aos investimentos agropecuários, num total de 24,73 milhões de Reais em 2000. Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro captaram respectivamente 0,53%; 1,03% e 4,58% dos recursos destinados ao custeio e 3,67%; 4,70% e 8,68% destinados ao investimento. Esses dados podem ser analisados numa outra perspectiva, por exemplo, na direção de concentração populacional, no nível geral da atividade econômica e na geração e transferências dos tributos, para a verificação ou não de um processo distributivo regional e microrregional. As Figuras 10, 11 e 12 são ilustrações do perfil da distribuição dos financiamentos para custeio e investimento inter-regional nas três microrregiões. A microrregião de Ilhéus-Itabuna apresentou uma distribuição mais irregular dos recursos por municípios enquanto a microrregião de Porto Seguro foi a distribuição mais homogênea entre os municípios, o que pode ter reflexos no *modus* de produção agropecuária, na eficiência de uso de terras e no padrão geral da produtividade agrícola. Os dados sobre financiamentos destinados à

comercialização não foram considerados nesta análise por insuficiência de informações em nível dos municípios considerados.



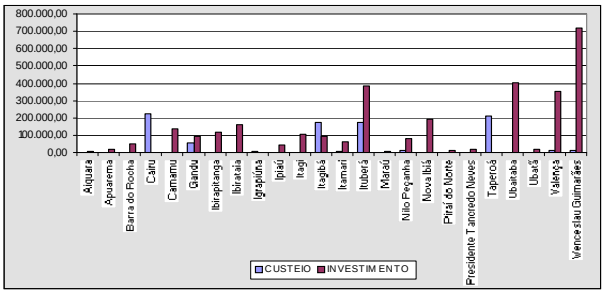
Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEI

Figura 10 - Distribuição de custeios e investimentos agropecuários na microrregião de Ilhéus-Itabuna.



Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEI

Figura 11 - Distribuição de custeios e investimentos agropecuários na microrregião de Valença



Fonte: Elaboração própria com base em dados da SEI

Figura 12 - Distribuição de custeios e investimentos agropecuários na microrregião de Porto Seguro

CONCLUSÕES

A disponibilidade de uma base de dados sócio-econômico, cultural e ambiental em nível regional é de fundamental importância para qualquer análise no âmbito do planejamento e desenvolvimento regional. A base de dados da SEI, embora com certo defasamento temporal, permitiu, a partir de um recorte objetivo de decomposição das Regiões Econômicas do Litoral e Extremo do Estado da Bahia, em três microrregiões, a análise e interpretação de uma abordagem estrutural da economia da região. Através de uma metodologia descritiva e

analítica de alguns agregados econômicos importantes, a exemplo do PIB, tributos, consumo de energia elétrica, produção agrícola e financiamentos agropecuários, foi possível averiguar as disparidades regionais resultantes do desajuste desses agregados e assim entender o peso desses recortes espaciais (microrregiões) no contexto das regiões econômicas Litoral e Extremo Sul da Bahia. Em termos gerais, a microrregião de Ilhéus-Itabuna detém o maior poder de arrecadação regional com recursos em torno de 4,8% do PIB estadual, enquanto as microrregiões de Valença e Porto Seguro obtiveram respectivamente 1,7% e 2,1% da arrecadação total/PIB. Grande parte da arrecadação municipal advém do ICMS relacionados ao nível da atividade econômica. A distribuição do PIB por atividade econômica sinalizou diferenças microrregionais entre as proporções do PIB agropecuário, industrial e de serviços. As regiões econômicas Litoral Sul e Extremo Sul captaram 6,18% dos financiamentos destinados aos custeios e 17,16% destinados aos investimentos agropecuários, num total de 24,73 milhões de Reais em 2000. Valença, Ilhéus-Itabuna e Porto Seguro captaram respectivamente 0,53%; 1,03% e 4,58% dos recursos destinados ao custeio e 3,67%; 4,70% e 8,68% destinados ao investimento.

O valor da produção em 2000 para 13 culturas permanentes analisadas resultou num total de 558,29 milhões de Reais e área agrícola efetiva de 725 mil hectares, nas duas Regiões Econômicas, o que proporcionou o VP por área de quase R$ 771,00. A distribuição percentual por cultura observada por ordem decrescente foi a seguinte: cacau, 35,6%; mamão, 21,9%; coco, 12,4%; banana, 9,7% e café, 7,5% do valor total de produção. As culturas de cacau e mamão corresponderam a quase 57,5% do VP regional. Outro aspecto importante pôde ser constatado da elevada concentração que se registrou no padrão de geração de renda agrícola oriunda de culturas permanentes. As cinco culturas enumeradas perfizeram 87,1% da renda total, o que demonstrou que o nível da diversificação agrícola regional não corresponde a expectativa da diversificação e redução de risco e incertezas na agricultura, expondo a região às intemperes bio-climáticos, à dependência da demanda, renda e preços. Evidenciou-se grande concentração no uso de energia elétrica e diferenças significativas quanto ao consumo por finalidade de uso. Esse padrão de concentração foi nuito acentuado na microrregião de Ilhéus-Itabuna em relação às demais microrregiões.

De maneira geral os resultados corroboraram para a afirmativa de que a microrregião de Porto Seguro é a que apresentou o melhor padrão de desenvolvimento regional em termos dos agregados econômicos analisados, quando comparados ao desempenho das microrregiões de Valença e Ilhéus-Itabuna.

BIBLIOGRAFIAS

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São 5. Ed. Paulo: Atlas, 1987.

ASSUNÇÃO, J. J.; MOREIRA, H. **ITR sem mentiras: um comentário sobre a taxação de terras com informação assimétrica**. TD. 439, PUC – Rio de Janeiro.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Ed. EDUSP, 1998. 279p.

SEI. Dados Econômicos do Estado da Bahia. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br acessado em 20 de março de 2006.

SERGIO PRADO, S. **Transferências fiscais e financiamento municipal no Brasil. Trabalho elaborado no contexto do projeto:** ***Descentralização Fiscal e Cooperação Financeira Intergovernamental***, EBAP/ K. ADENAUER. IE / UNICAMP, São Paulo, julho, 2001. Versão Preliminar.

SILVA, F. C. T. Região E História Agrária. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.8, N.15, 1995, P.17-26.

SIMÕES, R. F. Métodos de Análise Regional e Urbana: Diagnóstico Aplicado ao Planejamento. Belo Horizonte, UFMG, CEDEPLAR, Texto para Discussão N. 259, Maio de 2005.

Tesouro Nacional http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp acessado em 15 de março de 2006.